

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.633 - RN (2020/0052584-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
RECORRENTE : ENEY MOURA PEREIRA (PRESO)
ADVOGADOS : JOSE ADRIKSON HOLANDA ALVES - RN014242
FRANCIONE BEZERRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
RN016404
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO NORTE

DECISÃO

ENEY MOURA PEREIRA alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de decisão monocrática do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte** no HC n. 0800648-50.2019.20.5400.

O recorrente teve a prisão preventiva decretada em razão de suposta prática do crime de homicídio tentado.

A Defesa alega "o fato de a preventiva sequer possuir uma fundamentação permissiva a concluir pela sua necessidade, haja vista que os supedâneos em que se firmam são estritamente genéricos, não ventilando os motivos de fato e de direito que sustentariam aludida prisão, o que é imprescindível" (fl. 221).

Requer o provimento do recurso ordinário, para que seja concedida a liberdade ao paciente ou a substituição da custódia por medidas alternativas.

Decido.

I. Contextualização

O Magistrado de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva, destacou (fls. 148-149, destaquei):

[...]

Pois bem, quanto ao investigado Eney Moura Pereira, o *fumus comissi delicti* se encontra presente, uma vez que há nos autos comprovação de que o carro da vítima foi alvejado com disparos de arma de fogo (fls. 19) e no veículo utilizado pelo autor dos disparos estavam as chaves da casa do investigado, conforme auto de exibição

e apreensão (fls. 15) e relatório de missão policial (fl. 13). Ademais, segundo depoimentos dos senhores Bergson Moura Nogueira Medeiros, Manoel Nogueira Rafael Júnior e Edson Eduardo Gabriel de Sousa, fls. 66/68, mencionado automóvel foi adquirido por Eney mediante compra a seu primo Bergson. Referidos depoimentos dão conta, também, de que o senhor Eney, logo após a prática dos fatos noticiados nestes autos (26/10/2019, por volta da 10:00), ligou para o senhor Bergson, proprietário formal do veículo, requerendo o recibo do carro para registrar ocorrência de roubo. Portanto, há indícios de autoria e materialidade do crime ora investigado.

Quanto ao *fumus comissi delicti*, tenho que este também se encontra presente. Com efeito, segundo os depoimentos acima mencionados (Bergson Moura Nogueira Medeiros, Manoel Nogueira Rafael Júnior e Edson Eduardo Gabriel de Sousa, fls. 66/68), o representado entrou em contato com o antigo proprietário do veículo na busca de simular uma ocorrência de furto perante a autoridade policial em nítida tentativa de criar um fato que pudesse lhe conceder um álibi e, conseqüentemente, isentá-lo da responsabilidade criminal.

Noutro norte, o requerido, após a prática, em tese, da suposta infração penal ora investigada, além de evadir-se do local, não foi encontrado de imediato, mantendo-se foragido por mais de um mês: a prisão foi decretada em 07/11/2019, fls. 24/26, e o representado somente foi preso em 20/12/2019. Ademais, tem-se que demandado, logo após o fato, evadiu-se do distrito da culpa, pois não fora encontrado em sua residência conforme relatório de missão policial, fls. 13. Por fim, tem-se que o veículo utilizado na prática delitiva foi incendiado, dificultando, assim, a colheita de mais vestígios da infração, embora os policiais ainda tenham conseguido recolher alguns pertences dele, a exemplo de chaves e controle remoto de portão.

Desta forma, em que pesem as considerações exaradas pela ilustre autoridade policial (ofício n. 593/2019), há de se concordar com o Ministério Público quando afirma que a liberdade do acusado, tendo em mente que as investigações ainda não se encerraram, pode colocar em risco a colheita de provas, pois ele já demonstrou, mediante a prática de atos concretos, que pode turbar a investigação criminal.

Por outro lado, entendo que estão presentes, também, a periculosidade em concreto do agente. Com efeito, o fato, em tese, praticado foi de extrema gravidade concreta, vez que se tratou de homicídio tentado no qual se pôde perceber a premeditação e a obstinação do agente em concretizar o delito.

De fato, segundo consta nos autos, o autor do fato espera a vítima e a surpreendeu quando ela estava saindo de casa, efetuou vários disparos de arma de fogo. Não conseguindo consumir o delito que pretendia, pois o ofendido conseguiu evadir-se, empreendeu perseguição com claro intuito de terminar a empreitada criminosa que tinha iniciado, não alcançando êxito por circunstâncias alheias à sua vontade.

Tal premeditação e obstinação em alcançar o resultado, somadas ao fato de as armas de fogo utilizadas na execução do delito ainda não terem sido apreendidas, permitem concluir que solto, o representado representará perigo para a vida da vítima. Especificamente em relação aos instrumentos do crime, tem-se que estes eram de extrema periculosidade, pois, segundo o auto de exibição e apreensão de fls. 15, foram utilizadas duas armas de fogo, sendo uma calibre .12 e outra uma .40, ambas de alto poder destrutivo.

Assim, demonstrado está a periculosidade em concreto, fazendo surgir a necessidade de sua segregação cautelar para resguardar a ordem pública, especificamente a vida do ofendido, vez que as demais medidas cautelares previstas no art. 319 do CPB são insuficientes para este fim.

II. Preventiva – legalidade do decreto

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve ser precedida de requerimento do titular da ação penal ou de representação da autoridade policial (art. 311, caput, CPP), apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP). Deve, ainda, ficar concretamente evidenciado, na forma do art. 282, § 6º do CPP, que, presentes os motivos que autorizam a

segregação provisória, não é suficiente e adequada a sua substituição por outra(s) medida(s) cautelar(es) menos invasivas à liberdade.

A decisão que determinou a custódia consignou a gravidade concreta do delito perpetrado, revelada pelo *modus operandi*. Segundo o Magistrado de primeiro grau, "**o carro da vítima foi alvejado com disparos de armas de fogo**" (fl. 166). E concluiu: "observou-se a gravidade concreta do delito, vez o crime fora praticado por emboscada, seguida de perseguição à vítima, circunstâncias que denotam a obstinação em consumir a infração e a periculosidade do paciente, demonstrando que solto poderá colocar em risco a ordem pública, notadamente a integridade do ofendido" (fls. 166-167).

Na esteira do entendimento desta Corte, é justificada a constrição quando o "decreto da prisão preventiva evidencia a gravidade em concreto da conduta e a periculosidade do acusado que agiu com peculiar *modus operandi*" (HC n. 449.326/BA, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 5/4/2019).

Cito, ainda:

[...]

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do *modus operandi* e da gravidade em concreto da conduta." (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017).

4. A decisão que decretou a prisão cautelar também mencionou que o Recorrente tentou empreender fuga logo após o crime e resistiu a prisão. Como se sabe, a "imposição da medida extrema mostra-se adequada, por fim, à aplicação da lei penal, visto que o réu tentou empreender fuga, o que torna evidente sua tentativa em se furtar dos rigores da lei." (HC 240.685/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2012, DJe 09/10/2012.) [...]

8. Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido (RHC n. 114.908/RR, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 16/3/2020)

Portanto, são **suficientes os motivos invocados na instância de origem e cancelados pelo Tribunal *a quo* para embasar a ordem de**

prisão do ora paciente, pois foram contextualizados em dados concretos dos autos, conforme os vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

O fato de a autoridade policial haver se posicionado pela desnecessidade da custódia não vincula o Ministério Público nem o Juízo. A periculosidade concreta do agente, demonstrada a partir do *modus operandi* utilizado, inviabiliza, também, a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **nego provimento ao recurso ordinário**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**